



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

31 de maio de 2017

Ata da Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia trinta e um do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Zé Roberto, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, José Bonifácio, Mauro Carlesse, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Nilton



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Franco, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: Projeto de Lei número 95/2017, de autoria do Senhor Deputado Jaime Café, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Cabeceira Redonda e Loteamento Porteira”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 104/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; 105/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e os Requerimentos que receberam os números 1.261 a 1.282. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 1.267 e 1.268, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Mauro Carlesse. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Zé Roberto, Eli Borges, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa, Elenil da Penha e Paulo Mourão. Na Ordem do Dia, foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem/Veto número 118/2017, de autoria do Senhor Governador, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei número 90, de 7 de dezembro de 2016, que altera o art. 1º e o inciso VI da



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Lei número 1.173, de 2 de agosto de 2000, que “Dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”, que deu origem ao Processo número 20/2017; a qual, votada secretamente, foi rejeitada. Com catorze votos sim e dois votos não, perfazendo um total de dezesseis votantes, foi encaminhado à Secretaria para reenviar o Autógrafo de Lei e comunicar à autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 2/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira Estadual e de Contabilidade Estadual, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 12/2017; a qual, votada, foi aprovada. À Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga a Lei número 3.204, de 31 de maio de 2017. À Secretaria para comunicar a autoridade competente. Logo após, a pedido do Senhor Deputado Alan Barbiero, foi retirada da pauta da Ordem do Dia a Proposta de Emenda Constitucional número 13/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera o art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo 297/2016, a qual, foi deferida. Foi anunciada, em primeira fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Constitucional número 1/2016, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “acrescenta o inciso XXX ao artigo 19 da Constituição do Estado do Tocantins, adequando-o ao artigo 49, inciso V da Constituição Federal”, que deu origem ao Processo número 56/2016; a qual, votada nominalmente, foi aprovada com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes e encaminhada à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciada, em primeira fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 9/2015, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera o art. 71 da Constituição do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 574/2015, a qual, votada nominalmente, foi aprovada com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes e encaminhada à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciada, em primeira fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 15/2016, de autoria do Senhor Deputado Olynhto Neto, que “altera dispositivos do artigo 41 e 81 da Constituição do Estado e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 354/2016, a qual, votada nominalmente, foi aprovada com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes e encaminhada à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciada, em primeira fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 17, de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “altera os §§ 3º e 4º do artigo 27 da Constituição do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 359/2016, a qual, votada nominalmente, foi aprovada com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes e encaminhada à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 5/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev-TO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 5/2017; 288/2016, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Vale do Bananal, em Couto Magalhães-TO”, que deu origem ao Processo número 259/2016; 337/2016, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João de Sousa Leite”, que deu origem ao Processo número 350/2016; 267/2016, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Independente de Futebol e Lazer”, que deu origem ao Processo número 179/2016; 341/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

denominação do Campus da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, em Palmas, como homenagem ao ex-secretário de Educação e ex-reitor da Universidade do Tocantins, professor Ruy Rodrigues da Silva”, que deu origem ao Processo número 352/2016; 33/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Taquarussu Esporte Clube”, que deu origem ao Processo número 38/2017; e 46/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Carlos Magno Campos da Rocha”, que deu origem ao Processo número 59/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 78/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “altera o artigo 1º da Lei número 3.084, de 26 de abril de 2016”, que deu origem ao Processo número 102/2017; 88/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Centro Social Araguaína-Sul”, que deu origem ao Processo número 117/2017; e 146/2015, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Federação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedor



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Individual, com sede em Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 437/2015; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 1.035, 1.036, 1.079, 1.167, 1.162, 1.034, 1.257, 1.078, 1.075, 1.076, 1.077, 1.168, 1.114, 1.256, 1.161, 1.163, 1.164, 1.165, 1.166, 1.046, 1.158, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275 e 276, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e trinta e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário